

Contratação de serviço de calibração 6/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF	NUBIA FERNANDA GOMES PEREIRA	03/12/2024 10:01 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08201.000291 /2024-67

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços continuados de calibração e manutenção preventiva, por laboratório pertencente a Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO), de diversos instrumentos laboratoriais dos Laboratórios (SEPLAB e SEPGEF) do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, localizados em Brasília/DF, incluindo os custos de envio dos materiais para equipamentos portáteis e de custo de deslocamento para a realização do serviço de calibração in loco (em Brasília), no caso dos equipamentos não portáteis, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Tabela 1 abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1: Serviços a serem contratados, com quantidades estimadas e valores unitário e total.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva de balança (Grandeza Massa) - Balança Analítica de capacidade máxima de 220 gramas, conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF.	14427	UND	04	866,67	3.466,68
	02	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva de balança (Grandeza Massa) - Balança Analítica de capacidade máxima de 1.200g (Max 1) e 6.100	14427	UND	03	866,67	2.600,01

		g (Max 2), conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF.					
	03	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva de balança (Grandeza Massa) - Ultrabalança Analítica de capacidade máxima de 2,1 g, conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF.	14427	UND	01	866,67	866,67
	04	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva de balança (Grandeza Massa) - Balança de capacidade máxima de 60 Kg, conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF.	14427	UND	01	866,67	866,67
TOTAL GRUPO 1							R\$ 7.800,03

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	05	Serviço de calibração RBC de controlador e sensor de temperatura de refrigerador biomédico, conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF	14427	UND	02	1.200,00	2.400,00
		Serviço de calibração RBC de controlador e sensor de temperatura e					

02	06	controlador de incubador sem agitação (banho seco), conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF	14427	UND	1	1.024,72	1.024,72
	07	Serviço de calibração RBC de controlador e sensor de temperatura de Thermo-shaker, conforme detalhamento no Anexo 1, a ser executado nas dependências do INC em Brasília - DF	14427	UND	11	1.000,00	11.000,00
TOTAL GRUPO 2							R\$ 14.424,72

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	08	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva (incluindo a troca de selo e o'ring) em Micropipeta Monocanal, de volume variável, conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília/Empresa /Brasília), enviados em 2 remessas anuais, junto aos demais itens do grupo 3	14427	UND	46	171,29	7.879,34
	09	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva (incluindo a troca de selo e o'ring) em Micropipeta Multicanal (8 canais), conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília/Empresa /Brasília) enviados em	14427	UND	7	812,00	5.684,00

3		2 remessas anuais, junto aos demais itens do grupo 3					
	10	Serviço de calibração RBC e manutenção preventiva em Dispensador de frasco, conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília/Empresa /Brasília), enviados em 2 remessas anuais, junto aos demais itens do grupo 3	1442-7	UND	4	166,59	666,36
	11	Serviço de calibração RBC em Balão volumétrico, conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília/Empresa /Brasília), enviados em 1 remessa anual junto aos demais itens do grupo 3	1442-7	UND	50	89,83	4.491,25
TOTAL GRUPO 3							R\$ 18.720,95

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	12	Serviço de Calibração RBC de Termômetro Digital data logger e termopar , conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília /Empresa /Brasília), enviados em 2 remessas anuais, junto aos demais itens do grupo 4	1442-7	UND	24	175,99	4.223,76
		Serviço de Calibração RBC de Termômetro Digital (sonda de 8 canais) para					

13	termocicladores, conforme detalhamento no Anexo 1, incluindo transporte ida e volta (Brasília/Empresa /Brasília), enviado em 1 remessa anual junto aos demais itens do grupo 4	1442-7	UND	01	1.200,00	1.200,00
TOTAL GRUPO 4						5.423,76
TOTAL GLOBAL				R\$ 46.369,46		

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado de calibração de equipamentos, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.

1.4 A presente contratação adotará a execução por demanda, conforme solicitação formal dos serviços e quantidades requeridas, devendo a empresa providenciar a realização dos serviços ou o recolhimento dos equipamentos para a realização da calibração.

1.4.1 Os serviços nos equipamentos portáteis a serem contratados devem ser realizados nas dependências da empresa contratada por exigências técnicas de condições ambientais próprias, por isso necessitam incluir o custo de transporte dos materiais.

1.4.2 Os serviços nos equipamentos não portáteis a serem contratados devem ser realizados nas dependências do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, localizado em Brasília - DF.

1.5 A licitação será dividida em 4 grupos, conforme tabela anterior facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, na modalidade de menor preço por grupo. A Contratada deverá encaminhar Planilha de Composição de Custos junto com a proposta, detalhando valor do serviço e do custo de transporte (remessa dos materiais) ou de deslocamento.

1.6 Os grupo foram formados conforme o tipo do serviço de calibração: Grupo 1 – calibração de equipamentos da grandeza massa, a ser realizada in loco - em Brasília - DF (balanças); Grupo 2 – calibração de equipamentos da grandeza temperatura, a ser realizada in loco - em Brasília - DF (sensores de temperatura de equipamentos não portáteis - refrigerador biomédico, incubadora e Thermoshaker); Grupo 3 - calibração de instrumentos da grandeza volume, a ser realizada na sede da empresa contratada (micropipetas, dispensadores, balões volumétricos) e Grupo 4 - calibração de equipamentos da grandeza temperatura, a ser realizada na sede da empresa contratada (termômetros e termopares).

1.7 O cronograma geral, bem como a periodicidade de execução dos serviços estão descritos na tabela abaixo:

Tabela 2: Cronograma geral de periodicidade.

Descrição do Equipamento	PERIODICIDADE DE CALIBRAÇÃO
Balanças	2 anos
Sensores de temperatura de diversos equipamentos diferentes	2 anos
Pipetas	1 ano

Dispensadores	1 ano
Termômetros	2 anos
Balões	3 anos
Termômetro digital com sonda de 8 canais	2 anos

1.8 O presente processo licitatório está destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 147 da lei nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 36 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Conforme art. 106, I da Lei nº 14.133/2021, considera-se que a contratação pelo prazo de vigência plurianual apresenta maior vantajosidade econômica, em função da necessidade da realização contínua do serviço de calibração, em prazos que atendam às diferentes periodicidades de calibração, conforme cada tipo de equipamentos, apresentados na Tabela 2 acima, e de forma a racionalizar os custos de envio de materiais e para o melhor aproveitamento de deslocamentos necessários à realização dos serviços.

1.10 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000039/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 107

IV) Classe/Grupo: 872

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-90118/2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Os serviços de calibração realizados nos instrumentos do laboratório não utilizam nenhum componente químico ou outras substâncias que são potencialmente poluidoras. Desta forma não há dispositivo no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis aplicável à contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2 Não há vedação de utilização de nenhuma marca/produto específico.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.4.1 É vedada a subcontratação completa do objeto.

4.4.2 A parcela relativa aos itens do grupo 1 não pode ser subcontratada. .

4.4.3 As parcelas relativas aos grupos 2, 3 e 4 podem ser subcontratadas obedecendo ao limite de até 50 % do valor total de cada grupo.

4.4.4 A subcontratada deve atender a todas às exigências especificadas no processo.

4.4.5 *A subcontratada deve comprovar capacidade técnica para a execução dos serviços apresentando comprovante de participação na Rede Brasileira de Calibração – RBC-INMETRO para as grandezas a serem subcontratadas e na faixa de trabalho apropriada para cada serviço.*

4.4.6 *A subcontratação depende de autorização prévia formal da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

4.4.7 *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 *Justifica-se a não exigência de garantia de execução em decorrência do pagamento ser após entrega do objeto deste Termo de Referência, não implicando em riscos para a Administração Pública.*

Vistoria

4.5 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução geral do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O Fiscal do Contrato irá realizar a solicitação formal do serviço à empresa contratada por e-mail.

5.1.2 Os pontos de calibração devem obedecer ao detalhado no Anexo 1 do ETP.

5.1.3 Os padrões utilizados devem ser rastreáveis a padrões nacionais de medida (ou ao Sistema Internacional de Unidades).

5.1.4 A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais necessários à perfeita execução contratual e conforme disposto no Termo de Referência. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico dos laboratórios devido a não cumprimento das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração dos instrumentos de medição objeto deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha ocorrido problemas na transcrição dos resultados sem custos adicionais para a Contratante.

5.1.5 Caso o serviço não possa ser concluído no prazo determinado, em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, a Contratada deverá comunicar-se com o fiscal da Contratante dentro de 48 (quarenta e oito) horas antes de esgotar o prazo, para estudo de novo período de conclusão do serviço.

5.1.6 A Contratada deverá realizar, as suas custas, a retirada e devolução dos instrumentos descritos nos grupos 3 e 4, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (SEPLAB/INC/DITEC/PF), no seguinte endereço SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-902, tel. (61) 2024-9376, no horário de 08:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00 horas, mediante prévio agendamento com o Fiscal do Contrato.

5.1.7 A contratada deverá providenciar o deslocamento para execução dos serviços no caso dos itens dos grupos 1 e 2 após solicitação formal pela contratante mediante prévio agendamento.

5.1.8 No caso de calibrações que não puderem ser realizadas, deve ser emitido relatório, contendo o histórico e os relatos técnicos de forma clara, detalhada e precisa.

5.1.9 Os certificados de Calibração emitidos devem atender aos requisitos da ABNT/NBR/ISO/IEC 17025:2017.

5.1.10 A Contratada deve fornecer e/ou fixar etiquetas da RBC/INMETRO, a depender dos equipamentos calibrados, para registrar o serviço de calibração realizado.

5.2 Os serviços de calibração nas balanças (itens 1, 2, 3 e 4 - Grupo 1) e nos itens do Grupo 2 devem ser realizados conforme discriminado abaixo:

5.2.1 O prazo para atendimento da solicitação formal do fiscal e comparecimento ao Instituto Nacional de Criminalística para a realização dos serviços de calibração é de 10 dias corridos.

5.2.2 O serviços devem ser realizados nas dependências do INC em Brasília - DF em dia previamente agendado como fiscal do contrato.

5.2.4 O prazo para entrega dos respectivos certificados de calibração após a realização dos serviços é de 10 (dez) dias corridos.

5.2.5 A calibração deve ser feita em 10 pontos distribuídos ao Longo da Faixa de Trabalho.

5.2.6 A calibração deve ser feita em todas as faixas de medição no caso de balanças de múltiplas faixas (item 2).

5.2.7 Se o erro encontrado na balança não atender a Portaria nº 157, de 31/03/2022 a contratada deve fazer o ajuste. No certificado de calibração deve constar os dados obtidos antes e após o ajuste.

5.3 Os serviços de calibração dos materiais do Grupo 3 (itens 8, 9, 10 e 11) e dos materiais do Grupo 4 (itens 12 e 13) devem ser realizados conforme discriminado abaixo:

5.3.1 Este serviço deve ser realizado nas dependências da Contratada. A Contratada é responsável pelo transporte dos materiais, ida e volta Brasília/Contratada.

5.3.2 O prazo de retirada dos equipamentos no Instituto Nacional de Criminalística para calibração após solicitação formal do fiscal da contratação pela empresa é de 10 dias corridos.

5.3.3 A Empresa enviará transportadora de sua responsabilidade até o local de retirada dos equipamentos em horário agendado previamente com o fiscal da contratação, entre 08:00 horas até as 17:00 horas.

5.3.4 Todos os itens de cada um dos Grupos 3 e 4 serão enviados em conjunto, divididos em duas remessas anuais para a execução dos serviços.

5.3.5 Na manutenção preventiva das micropipetas (itens 8 e 9) e dos dispensadores de frascos (item 10) devem ser realizadas a limpeza, incluindo desmontagem e descontaminação, e a lubrificação e quando o equipamento necessitar, devem ser realizados os ajustes de volume necessários (nos equipamentos que permitam ajuste).

5.3.5.1 Na manutenção preventiva das micropipetas, devem ser substituídas as peças “selo” e “O-ring” por peças originais conforme fabricantes das micropipetas.

5.3.5.2 A troca de selo e O-ring deve ser registrada na documentação apropriada.

5.3.6 A calibração das micropipetas multicanais (item 9) deve ser realizada em todos os canais.

5.3.7 Após o recebimento dos instrumentos, a Contratada deverá realizar o serviço e restituir os instrumentos e entregar os respectivos certificados de calibração no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 *A execução contratual observará as rotinas descritas neste Termo de Referência e as demais abaixo:*

5.4.1 Seguir as regras especificadas no parágrafo 1.6

5.4.2 Os custos anuais da contratação estão descritos na Tabela 3 do Estudo técnico Preliminar.

5.4.3 A solicitação do fiscal identificará os instrumentos a serem calibrados, o local e horário de retirada.

5.4.4 Após a solicitação, a Contratada deverá providenciar a realização do serviço em Brasília (grupos 1 e 2) ou a retirada dos equipamentos (grupos 3 e 4) conforme prazos estabelecidos nos parágrafos 5.2 e 5.3.

5.4.5 Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato no prazo de dez (10) dias após a confirmação da adequação do serviço executado e a entrega dos certificados de calibração

Materiais a serem disponibilizados

5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, e:

5.5.1 deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais necessários à perfeita execução contratual e conforme disposto no Termo de Referência. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico do laboratório responsável pela aprovação dos certificados de calibração devido a não cumprimento das regras estabelecidas neste Termo de Referência, a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração dos instrumentos de medição objeto deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha havido problema na transcrição dos resultados

5.5.2 deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;]

5.5.3 deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.5.4 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.5.5 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

5.5.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.5.7 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.5.8 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Termo de Referência, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.5.9 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.5.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.5.11 Manter durante toda a vigência do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

5.5.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Referência;

5.5.13 Manter durante toda a execução do Termo de Referência canais de comunicação com a contratante, notadamente via e-mail **e/ou** telefone, devendo informar eventuais alterações;

5.5.14 Responsabilizar-se por todas as instrumentos e equipamentos sob sua responsabilidade, sem ônus adicionais à DITEC/PF, mantendo o nível de segurança e desempenho dos equipamentos e sistemas;

5.5.15 Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga e descarga, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;

5.5.16 Fornecer todo o ferramental e aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela DITEC/PF;

5.6 Caso o serviço não possa ser concluído no prazo determinado, em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, a Contratada deverá comunicar-se com o responsável da Contratante dentro de 48 (quarenta e oito) horas antes de esgotar o prazo, para estudo de novo período de conclusão do serviço.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1 Os serviços a serem executados serão solicitados em duas remessas anuais, observando a periodicidades de cada equipamento constante na tabela do parágrafo 1.6.

5.7.2 Os equipamentos a serem calibrados nesta contratação se dividem em portáteis e não portáteis de acordo com a tabela constante no parágrafo 4.3 do ETP.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que a entrega dos equipamentos calibrados, dentro dos prazos previstos e desde que atendidos os requisitos da contratação já configura a correta execução do serviço contratado e o pagamento só será realizado após o recebimento definitivo realizado pela fiscalização da contratação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 Não haverá exigência de preposto para a contratação considerando a natureza a natureza e a forma do serviço a ser prestado.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscais da contratação, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal da contratação acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9 O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11 O fiscal da contratação informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13 O fiscal da contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.14 O fiscal da contratação, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.16 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Termo de Referência consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários

6.16.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.16.3 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.16.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

Gestor do Contrato

6.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será realizada através da finalização do serviço, a entrega dos certificados de calibração e a confirmação da adequação do serviço executado pelo fiscal da contratação.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1 após o recebimento e conferência de conformidade dos equipamentos calibrados recebidos, os fiscais autorizam o pagamento mediante atesto da nota fiscal, que será encaminhada para pagamento.

7.3 O método de avaliação da conformidade dos serviços entregues, com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, será efetuado da seguinte forma:

7.3.1 Análise crítica dos certificados de calibração recebidos, para verificar se a calibração foi realizada conforme requisitos deste TR.

7.3.2 Confirmação se a contratada fixou ou disponibilizou as etiquetas da Contratada e da RBC/INMETRO, nos equipamentos calibrados para registrar o serviço de calibração realizado.

7.3.3 Verificação da compatibilidade entre quantidades solicitadas e as efetivamente entregues pela contratada.

7.4 O procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução será realizado observando os seguintes critérios:

7.4.1 verificação de valores cobrados pela contratada;

7.4.2 monitoramento dos prazos de execução dos serviços após as solicitações formais;

7.4.3 verificar se a contratada faturou todos os serviços executados;

7.4.4 não solicitar serviços além do que foi empenhado e/ou previsto no contrato.

Do recebimento

7.6 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8 O fiscal setorial da contratação, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas antes do Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 Os serviços serão recebidos provisório e definitivamente no prazo de 10 (dias) dias, contados do recebimento dos materiais e respectivos certificados por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16 O prazo de que trata o parágrafo anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade;

7.17.2 a data da emissão;

7.17.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 o valor a pagar; e

7.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.31 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no art. 145 da lei 14133/2021.

Cessão de crédito

7.32 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.35 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.36 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNE

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço total por grupo.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário. No caso, a empreitada por preço unitário é quando contratamos por item de forma que o pagamento será realizado pelos itens unitários utilizados e não pelo grupo todo.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n°

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.22 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.23 *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.24 *É obrigatória a comprovação da capacidade técnica de execução específica, por meio da participação na Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO) para as grandezas (massa, temperatura e volume) relacionadas à especificidade de cada serviço a ser contratado.*

8.25 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.25.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.25.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.25.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.25.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 46.369,46** (*quarenta e seis mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos*), conforme custos unitários apostos na tabela 1 do parágrafo 1.1 deste termo de referência.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200406 - DITEC/PF;

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: [...];

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Classificação conforme Lei n. 12.527/11

11.1. Em atendimento ao disposto no art. 10 da IN nº 81/2022, que estabelece a necessidade de classificar a contratação nos termos da Lei no 12. 527/2011, esclarece-se que a presente contratação não necessita de classificação de sigilo, por não se tratar das situações previstas na Lei.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NUBIA FERNANDA GOMES PEREIRA

planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 29/11/2024 às 17:01:46.

MARLON ANSELMO DUARTE DA COSTA

planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 02/12/2024 às 10:21:25.

ELVIO DIAS BOTELHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/12/2024 às 09:16:23.

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 29/11/2024 às 17:12:52.

Despacho: Aprovo a contratação

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 10:01:30.